



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 085

SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 141ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO GOMES DO AMARAL — Maior dinamização para o setor de cabotagem.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Denúncia sobre irregularidades em projetos de colonização do INCRA, em Rondônia.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Liberação de maiores recursos financeiros para equacionar problemas da educação pré-escolar no Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Medidas em prol dos ex-combatentes.

DEPUTADO JORGE PAULO — Restabelecimento das tarifas normais dos ônibus da linha do Distrito de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo.

DEPUTADO MAC DOWELL LEITE DE CASTRO — Reeleição do Sr. Mário Leão Ludolf para a Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Aduzindo novas considerações sobre a Portaria do DAC, que disciplina o embarque de passageiros nas aeronaves, com multa para os retardatários.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Manifestação em favor do voto do analfabeto e dos praças.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura da Proposta de Emenda à Constituição

Nº 14, de 1977, que acrescenta parágrafo ao artigo 104 da Constituição.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 142ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE AGOSTO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Reconhecimento, pela Justiça, do direito à paridade do funcionário público civil aposentado na vigência do Decreto-lei nº 1.256/73, ao seu correspondente da ativa, em contraste à negação do DASP a esse direito.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — A marginalização dos inquilinos em face da atual lei do inquilinato.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Protesto dos contabilistas da cidade de Nova Iguaçu — RJ, contra a recusa de agências bancárias no recebimento do depósito do FGTS.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 76, de 1977-CN (nº 254/77, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976 (nº 206-B/75, na Casa de origem), que revoga dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

2.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Deputado Antunes de Oliveira, proferido na sessão conjunta de 16-8-77.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****EVANDRO MENDES VIANNA**

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 200.00

Ano Cr\$ 400.00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400.00

Ano Cr\$ 800.00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 141ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE AGOSTO DE 1977
3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Paraná

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando

Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuzza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansação — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz

Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airtón Sandoval — MDB; Airtón Soares — MDB; Alcides Francisado — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Deputados e 353 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Gomes do Amaral.

O SR. GOMES DO AMARAL (MDB —PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Por longo tempo tem o Governo pregado a exportação de serviços como um dos mais importantes fatores para a eliminação do terrível déficit do nosso balanço de pagamentos. Prega-se a redução da conta de serviços, que, no ano passado, teve um saldo negativo de nada menos de 3 bilhões, 919 milhões de dólares, através do aumento da receita com fretes, seguros, direitos autorais, etc.

Basta, entretanto, observar o trabalho do Ministério dos Transportes para constatar a inviabilidade da tese: até fevereiro, 75,5% das importações brasileiras, segundo a tonelagem, foram realizadas por navios afretados, o que, acrescido dos 8,5% da participação da bandeira estrangeira, totalizou 84%.

A inércia que provoca a estagnação de nossas ferrovias se avassala também sobre a marinha mercante, que mal conseguiu participar com 16% da tonelagem total.

Considerando exportações e importações, nos dois primeiros meses de 1977 a participação estrangeira atingiu 50,7%, e a da bandeira brasileira 49,3%. Este percentual, entretanto, não reflete a realidade, já que somente 12% se referem a navios de bandeira efetivamente brasileira, sendo o restante afretado.

Para corrigir a situação, de nada adiantam medidas paliativas, como as adotadas recentemente na correção dos fretes de cabotagem. Só uma profunda reestruturação de base poderá surtir os efeitos que todos desejam. O excesso de burocracia portuária, a ausência de atividades estivas e a despadronização dos portos brasileiros são os maiores entraves para uma maior dinamização do setor, como se pode constatar, por exemplo, no Porto do Paranaguá, em nosso Estado.

É inconcebível que um Porto como o de Paranaguá não possua instalações próprias para o acondicionamento da carga. Este fator obriga o armador a construir portos secos para armazenar com segurança suas mercadorias, o que eleva o custo da movimentação da carga.

De outra parte, torna-se urgente a criação de entidades estivadoras privadas a fim de que, pelo menos, se possa contrabalan-

çar o atual quadro, sem as quais ninguém sabe como se poderia criar confiança na cada vez mais desamparada cabotagem brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

S. Ex^a não está presente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nunca é demais denunciar e condenar a corrupção na colonização oficial do INCRA em Rondônia.

Ainda no dia 12 último, em longo pronunciamento na Câmara, nos referimos à denúncia do Sr. Edval Gonzaga de Santana, executor do Projeto Gy-Paraná, onde aquele funcionário deu nome aos bois no processo de corrupção na concessão de lotes de 100 ha na região, especialmente nos setores Abaitará-Rolim de Moura.

Essa corrupção é generalizada, em todos os projetos de colonização do INCRA na Amazônia. Como ocorreu e ocorre no Colorado, região de Vilhena, onde o Sr. Paulo Roberto Brandão, depois de fazer todas as espécies de vendas de lotes a elevados preços e embolsando-se no dinheiro, depois de todos esses negócios feitos com os grupos das serrarias de madeira de lei, abundante ali, pois no Colorado só se beneficia da colonização aqueles que estão serrando e cortando a nossa madeira de lei, o Sr. Paulo Roberto Brandão, depois de todas essas denúncias públicas e não contestadas contra si, não foi objeto de inquérito no INCRA, como executor do Projeto Pic-Par e, como prêmio, e talvez como estímulo às suas irregularidades, foi promovido para a Coordenadoria do INCRA em Porto Velho, na elevada função de assessor do Coordenador Bernardo Lindoso. Atualmente, o Sr. Paulo Grégio, no mesmo Projeto Colorado, prossegue vendendo lotes, acusado que é por inúmeros colonos testemunhos, os quais indicam existir até corretores a serviço dos funcionários do INCRA para vender lotes de até 100 ha nessa região.

A direção do INCRA sabe dos fatos, através de inúmeras denúncias que lhe são dirigidas pelos colonos, mas não abre inquérito e não se interessa em apurar fatos que constituem objetos de clamor público. O mesmo fato ocorreu em Pimenta Bueno com o escândalo de Isaías Guimarães. Depois desse escândalo, esse funcionário foi também premiado com a função de assessor do Sr. Bernardo Lindoso, em Porto Velho. Que forças tão poderosas protegem toda essa estrutura de corrupção e bandalheiras?

Agora vem a público na CPI fundiária o escândalo de Cacoal, em denúncia feita pelo Sr. Edval Santana, que, não concordando com a corrupção naquele Projeto, foi obrigado a deixar a função de executor do mesmo por ser totalmente desprestigiado, quando quis acabar com as irregularidades que encontrou no Pic Gy-Paraná, Rolim de Moura e Abaitará. Em que consiste essa denúncia e quais os fatos de corrupção apontados por Edval Santana? Diz ele, abordando a situação das irregularidades por áreas, que são setores administrativos da distribuição de terras e assentamentos de famílias; construção de escolas; construção em geral e Transportes, sendo de destacar que a corrupção maior é na distribuição de lotes.

O Sr. José Elias Esperândio, ex-funcionário do INCRA, efetuou várias vendas de marcações e localizações de lotes com a convivência e indiferença dos outros dirigentes dos projetos. Os preços dessas vendas variaram de 5.000 a 40.000 mil cruzeiros por lote. O testemunho e as declarações prestadas pelos colonos, que mencionarei a seguir, comprovam as denúncias. São eles: Ikuo Arai, José Cláudio da Cruz, Frederico Moacir Prá, Joaquim José da Costa, Getúlio Rodrigues de Moura, Nelson Mendes Pereira, Demétrio Barbosa Leal, Pedro Inácio Ferreira, Onorato Silvestre da Silva. Todos esses pagaram lotes ao Sr. José Elias Esperândio e ao Sr. Otacílio Rodolfo da Silva. O Sr. Joaquim Dias de Oliveira adquiriu um lote do Sr. Valdi Viana, motorista do projeto, por 17.000 mil cruzeiros. Vários funcionários do projeto reservaram parcelas para si nos loteamentos,

a fim de vendê-los, depois, a terceiros. São as denominadas reservas de marcação.

Depois de tudo isto ocorrer e vir a público, perguntamos: o que fez o Presidente do INCRA para combater essa corrupção e regularizar a situação administrativa dos Projetos de Rondônia? Não veio a público qualquer medida tomada pela alta direção do INCRA. Quem pode garantir que, hoje, não estejam acontecendo fatos semelhantes nos mesmos projetos?

O que fez o Coordenador do INCRA, em Rondônia, que recebeu essas denúncias diretamente de um seu funcionário? Nada.

A omissão deliberada é uma maneira de corrupção. O INCRA não reage mais à corrupção. Não abre, sequer, inquéritos. As "sindicâncias" são arrumações entre famílias. Tudo é feito em "segredo" e "reservadamente" para prejudicar ainda mais os colonos. O Sr. Cristiano Machado e o Sr. Hélio Paulo de Arruda, Diretores do INCRA, têm conhecimento dessa corrupção em Rondônia. Também o Coordenador Bernardo Lindoso sabe de tudo isso, por dever de ofício. Perguntamos: Quais as medidas moralizadoras adotadas por eles em inquéritos? A resposta é que não abrem inquéritos.

Sabemos que o Sr. Hélio Paula de Arruda, além de fazendas na área do Distrito Federal, tem uma mansão no Lago Sul desta Capital. Qual a origem de seu rápido enriquecimento, inclusive com mordomias? Por que a C.G.I. não apura isto? Por que os Srs. Cristiano Machado Neto e Hélio Paula de Arruda vêm advogando com tanto ardor e entusiasmo as regularizações de grandes áreas e seringais em Rondônia e Acre, que mesmo antes de serem tituladas já são colocadas nas mãos dos corretores para serem vendidas em transações imobiliárias vultuosíssimas? É o grande escândalo dos grupamentos familiares de seringais, feito sem qualquer base legal. De tão escandalosa que é essa advocacia administrativa dos diretores do INCRA que o caso do seringal Muqui, por exemplo, do Sr. José Milton, é objeto de uma ação popular na Justiça Federal desta Capital, visando a anular essa negociação que consiste na concessão de 21.000 ha de terras a um só elemento.

Nos autos dessa ação popular, existe um despacho do Sr. Cristiano Machado Neto, datado de 30-8-76, que comprova a sua advocacia administrativa na concessão de grandes áreas de seringais para a especulação imobiliária. Os autos desta ação popular, proposta pelo Sr. Noé Inácio dos Santos, tem documentos suficientes para comprovar as irregularidades praticadas pelo INCRA em Rondônia. Todos esses documentos já se acham em poder da CPI Fundiária, na Câmara.

Era mais esta denúncia que gostaria de trazer ao conhecimento do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com a devida compreensão dos meus nobres Pares, retorno a esta tribuna para enfocar problema regional que reputo da maior gravidade, em se tratando de novo Estado do Rio, com o orçamento previsto para o próximo ano em 30 bilhões de cruzeiros.

Assim é que a população infantil em idade pré-escolar, de três a seis anos, no Estado do Rio de Janeiro, é de cerca de 1.100.000 crianças, das quais apenas 27,96% recebem atendimento na rede estadual. A maioria das crianças nessa faixa de idade é atendida pela rede particular, chegando a um total em torno de 55 mil. Setecentos e quinze mil não frequentam escolas.

As estatísticas são da própria Secretaria de Educação e Cultura, as quais esclarecem ainda que, segundo dados do ano passado, 980 mil crianças não fazem o pré-escolar, por falta de recursos financeiros de seus pais e falta de vagas em escolas públicas. A região metropolitana, com 811 mil e 890 crianças, apresenta apenas 58 mil 647

matriculados, sendo 10 mil 763 frequentando jardins de infância da rede estadual.

Esta, a dura realidade.

No entanto, algumas medidas de emergência foram adotadas pela Coordenação Estadual de Educação Pré-Escolar, visando a aumentar o atendimento ao pré-escolar na região metropolitana, que é, inegavelmente, a mais carente do setor, criou, em abril deste ano, o Programa de Ampliação de Educação Pré-Escolar (PAEPE), com a formação de turmas de 120 alunos contando com a ajuda das mães. Segundo a Profª Martha Hees, Coordenadora de Educação Pré-Escolar no Estado, o PAEPE "é um programa realista que usa os meios disponíveis, no momento, para diminuir o alto índice de evasão e repetência nas primeiras séries do 1º Grau, além de facilitar a aprendizagem da leitura e da escrita, transformando-se no período preparatório para crianças que não frequentaram o "jardim de infância".

Sr. Presidente, em que pese o descortino, dedicação e alta qualificação da Profª Mirtes Wender, Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio, não se pode negar que, para a solução da grave problemática, é preciso que sejam liberados recursos financeiros, indispensáveis ao atendimento dos objetivos colimados.

Assim, impõe-se-me o dever de encarecer ao governador fluminense maiores dotações orçamentárias, maiores investimentos no setor educacional, tendentes a equacionar os problemas da educação pré-escolar e tantos outros existentes no setor.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

De diferentes cidades do País venho recebendo correspondências de associações de ex-combatentes que lutam com dificuldades por falta de recursos a fim de cumprir suas altas finalidades: assistência social, cultural e cívica.

Ainda agora, acabo de receber da cidade de Passo Fundo correspondência neste sentido, assinada pelo Sr. Ernesto da Silva Chaves, Presidente da Associação dos Ex-Combatentes daquela importante cidade.

E esta entidade é um órgão de grandes atividades, conforme se pode ver por este decreto municipal:

DECRETO Nº 18/76

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — Seção de Passo Fundo, como específica *

O Prefeito Municipal de Passo Fundo, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando os Estatutos e a Ata de constituição da Entidade, bem como a nominata dos membros da sua Diretoria atual, da Associação dos ex-Combatentes do Brasil — Seção de Passo Fundo desta cidade — tudo consoante termos da Lei Municipal nº 1.126, de 15 de dezembro de 1964 — e tendo em vista os relevantes serviços que a Associação vem prestando à classe que congrega, como de resto à Comunidade passofundense,

DECRETA

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos ex-Combatentes do Brasil — Seção de Passo Fundo", com sede nesta cidade de Passo Fundo — RS, filiada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, — Associação de fins assistenciais, Educativa, Sócio-Cultural e, principalmente, eminentemente cívicos.

Parágrafo Único — A presente defeita nos termos da Lei Municipal nº 1.126, de 15 de dezembro de 1964, e sob os quais reger-se-á.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Passo Fundo, aos 14 dias do mês de abril do ano de 1976. —

Juarez Paulo Zilio

Vice-Pref. em Exerc.

Jorn. Décio Azambuja Ilha

Secret. Munic. da Administração em subst. tempor.

Diante do exposto, na próxima proposta orçamentária, através de emenda, vou tentar destinar recursos para estas entidades, já que as verbas de que dispõem os Deputados não passam de migalhas. Por outro lado, seria muito louvável se o Poder Executivo, na feitura do orçamento, destinasse verbas avultadas neste sentido.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Haddad. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Paulo.

O SR. JORGE PAULO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos em plena comemoração, em São Paulo, da V Semana Nordestina, acontecimento que visa a homenagear e prestigiar a participação tão importante da grande família nordestina, que veio engrandecer e que, realmente, é orgulho da grande Capital paulista.

São Paulo, que praticamente é ocupada, em toda a sua periferia, por essa grande parcela de nordestinos, tem um distrito onde especialmente essa população se localiza — São Miguel Paulista.

Gostaria de, nesta oportunidade, fazer um apelo ao Prefeito Municipal da Capital, através deste discurso de hoje sobre um problema que calou na população de São Miguel Paulista, magoando-a profundamente.

São Miguel Paulista é, indiscutivelmente, o distrito mais carente da Capital do Estado de São Paulo. Ali vivem cerca de trezentos mil habitantes, amontoados em moradias improvisadas, não servidas por rede de esgotos, sem água potável, sem iluminação pública, sem calçamento nas ruas.

Os habitantes daquele distrito são, na sua maioria, operários que trabalham em locais distantes, onde chegam somente depois de longos percursos de ônibus, em geral de duas ou mais linhas, e ao preço médio de dois cruzeiros por linha.

Assim, apenas para atender à condução esses humildes trabalhadores despendem um terço, ou mais, dos seus parcos rendimentos mensais, quase sempre o salário mínimo.

Embora ninguém ignore a situação angustiante daqueles pobres operários, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos acaba de colocar ônibus "executivos" nas linhas que servem àquela região, ao preço de dez cruzeiros, ou seja, o quintuplo da tarifa normal.

A providência, aparentemente benéfica, eis que dá aos usuários transporte mais confortável e mais rápido, assume proporções alarmantes, se atentarmos para o fato de que foram retirados de circulação os ônibus de tarifas normais. A região de São Miguel Paulista passou a ser atendida apenas com ônibus especiais, a quatro cruzeiros, e ônibus "executivos", a dez cruzeiros.

Como é fácil de concluir, de um só golpe, aqueles usuários tiveram suas despesas de condução, no mínimo, dobradas; mais da metade do que recebem por mês são obrigados a gastar com transporte coletivo...

Quanto à Companhia Municipal de Transportes Coletivos, esta dobrou o rendimento que tinha naquelas linhas, sem qualquer aumento no custo operacional.

Tal estado de coisas não pode persistir. Isso representa uma violenta sangria nos já mirrados salários dos sofridos habitantes de São Miguel Paulista.

Dai o apelo que formulamos às autoridades responsáveis pela administração do Município de São Paulo, no sentido de que resta-beleçam as linhas de tarifas normais para aquela região. Os usuários daquele transporte simplesmente não podem pagar o excesso que lhes impingiram abruptamente. A despesa extraordinária fatalmente significará menos alimento e menos conforto para inúmeras famílias de modestos trabalhadores, na maioria nordestinos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mac Dowell Leite de Castro.

O SR. MAC DOWELL LEITE DE CASTRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É com imensa satisfação que registro, perante o Congresso Nacional, a reeleição do Sr. Mário Leão Ludolf para a Presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Mário Leão Ludolf, Sr. Presidente, é um líder empresarial de singular importância pelos seus dotes pessoais, pelos atributos de sua personalidade, de sua inteligência, e sempre prestou uma folha marcante de serviços ao seu Estado e ao seu País.

A sua trajetória de homem de empresa, o seu trabalho à frente de um setor dos mais importantes da área de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro têm sido alvo e objeto do aplauso de toda a comunidade fluminense. Homem combativo, bravo, defensor intransigente da livre empresa ele soube, através das suas realizações, trazer inestimável contribuição a um entendimento expressivo entre a empresa e o Poder Público.

E, neste instante em que uma onda estatizante enfrenta a filosofia da livre empresa, nada mais grave, nada mais oportuno que se consignar o aplauso a um homem que se tem debatido em defesa dos postulados da livre iniciativa.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nossa homenagem a Mário Leão Ludolf, como líder empresarial, como homem que, através de seu trabalho, propiciou a fusão entre as federações da indústria da antiga Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro. Agora reeleito para a Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro, esse insigne líder empresarial continua na sua obra em prol dessa filosofia, que defendemos, da livre iniciativa com a devida responsabilidade social. É marcante e singular, também, a preocupação desse ilustre líder empresarial na função social da empresa, fato que gostaríamos, neste instante, também, de consignar.

Assim, Sr. Presidente, as nossas congratulações à classe empresarial fluminense, à Diretoria da Federação. Acreditamos, temos certeza, que o nosso Estado do Rio de Janeiro se regozija por essa auspiciosa reeleição. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, à tarde, também, alguns Deputados ocuparam a tribuna da Câmara, criticando a portaria do Sr. Ministro da Aeronáutica, Diretor do DAC, no sentido de que seja disciplinado o problema do embarque de passageiros nas aeronaves brasileiras.

Sr. Presidente, na sua argumentação, um dos Deputados disse que estávamos fazendo uma coisa impossível, isto é, multando aqueles que chegavam atrasados ao aeroporto por motivo de dificuldades de tráfego.

Ora, Sr. Presidente, o passageiro tem que chegar quarenta e cinco minutos antes. A portaria do DAC diz que só terá que pagar 20% de multa do valor da passagem aquele que não se justificar, no aeroporto, até uma hora após o embarque.

Ora, Sr. Presidente, não conheço atraso, em nenhuma cidade brasileira, de uma hora e quarenta e cinco minutos. O que acontece,

isto sim, é que os comodistas que marcam passagem em três aviões não poderão mais fazer isso.

Sr. Presidente, a medida foi boa. É preciso disciplinar: quem vai viajar de trem, não chegando no horário, perde a passagem; quem vai viajar de ônibus e não chega no horário, perde a passagem. E de avião? Ainda se pode justificar. Há, portanto, muitas vantagens para os que quiserem viajar em aviões brasileiros. Apenas é necessário que os passageiros cheguem na hora; que não ocupem os lugares que não vão utilizar, para que, os que trabalham nos balcões dos aeroportos possam desembarcar, a tempo e à hora, os aviões, a fim de que nós não tenhamos atrasos nas viagens aéreas.

Era o registro que desejava fazer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Todo homem público que pensa na sua pátria — o que é natural — sonha. Eu continuo sonhando. Sonho para que se dê a oportunidade ao analfabeto de votar. Por que não vota o analfabeto?

Em primeiro lugar, sou contra a existência do analfabetismo. Sou contra a existência de uma situação em que o homem ainda não aprendeu a ler. Portanto, sou favorável à alfabetização de todas as maneiras e de todos os métodos plausíveis, mas o analfabeto não votar constitui um erro para mim. Sonho com que ele vote, pois ele se casa.

Coisa séria é o casamento. Casar, como diz o nosso caboclo, não é casaca. Casar é coisa séria! Vai-se constituir um lar; um lar feliz é uma coisa linda! Linda! Poética! Formidável!

Ele se casa, porque tem o direito de casar; ele compra uma casa, uma propriedade, uma firma. Ele se firma, às vezes, comprando uma firma, e a gente vem contra ele e afirma que ele não pode votar. Está errado! Por que o analfabeto não vota? Ele também é gente. Como diz o caboclo: "É gente de cara, dente e nariz para frente". É gente! Não vota! Meu sonho é para que o analfabeto vote. Ele compra propriedade — repito — compra prédio, compra palácio, não vota. Casa, vai à guerra, não vota. Defende a pátria, morre por ela, não vota.

Segundo ponto, Sr. Presidente: sou pelo voto do soldado. Por que o marinheiro, o soldado do Exército ou o soldado da Aeronáutica, não vota? Atraso do País.

Fiz uma pesquisa em 11 países da Europa, duas vezes; fiz pesquisa nos Estados Unidos, 4 vezes e, em países da América Latina. A conclusão é esta: um País civilizado faz com que o seu soldado vote.

O argumento é o mesmo, o soldado pode casar-se, ainda que haja proibição para fazê-lo, o que é erro. Por que, então, o soldado pode casar-se, pode comprar uma propriedade, vai à linha de frente para sofrer, lutar e, às vezes, morrer pela Pátria e não vota? O soldado do Exército, o soldado da Aeronáutica e o marinheiro, que é soldado da Marinha, não votam. Por quê? Não há explicação para isso, mormente se o argumento for bem saliente. "Ei-lo" aí, no clássico de Rui Barbosa, no Colégio Carneiro Ribeiro, em que também estudei, na Lapinha, na Bahia. Ei-lo aí, dizia-nos o professor. Em apresentando, lembro-me do seguinte: o soldado é o primeiro a ser chamado para defender a Pátria, ele luta, sofre e morre por ela, é, em geral, quem morre primeiro. Esse cavalheiro, na batalha, na luta, na guerra, traça os destinos da Pátria, o soldado morrendo pela Pátria, o soldado lutando, o marinheiro lutando, o homem da Aeronáutica lutando, ele está defendendo a Pátria, está dando diretrizes à Pátria. Se nós perdêssemos a II Grande Guerra talvez o nazismo estivesse dominando o Brasil, e hoje é o integralismo querendo infiltrar-se, o atraso integralista, mas seria o fascismo aí, de frente, se os nossos soldados não tivessem morrido pelo Brasil. No entanto, esse homem não vota, não escolhe o Senador, não escolhe o Deputado Federal, não escolhe o Deputado Estadual, não escolhe o

Vereador. E eles só não nos mandam para a China porque não podem.

Sr. Presidente, precisamos aprovar uma lei para que o soldado do Exército vote, porque ele defende a Pátria, sacrifica-se por ela, morre por ela e não vota nos seus destinos.

Sr. Presidente, que o soldado do Exército vote, que o soldado da Marinha vote, que o soldado da Aeronáutica vote, que o analfabeto vote para bem do Brasil, dentro de uma democracia autêntica e sobretudo democracia inspirada no Cristianismo vero.

Sr. Presidente, meus cumprimentos. Espero que V. Ex^a também lute para que o soldado e o analfabeto igualmente votem. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 76, de 1977-CN, referente ao veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da presente sessão, o Sr. 1º-Secretário procederá à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1977.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1977

Acrescenta parágrafo ao art. 104 da Constituição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 104 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 6, de 4 de junho de 1976, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 6.º Excetuam-se da vedação do parágrafo anterior os cargos de Secretário Municipal ou Diretor-Geral de autarquia equivalente, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato."

Justificação

O art. 104, § 5.º, da Constituição Federal, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 6, de 4 de junho de 1976, veda "ao Vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo mediante concurso público, emprego ou função".

A exceção relativa ao cargo de Secretário Municipal não é, a rigor, instituída pela presente Proposta de Emenda Constitucional, que apenas procura inseri-la expressamente no texto do art. 104. Com efeito, é de entender-se decorre ela da simetria, estabelecida pela própria Constituição (cf. arts. 10, item VII, 13 e 200), entre a estruturação política da Federação e a dos Estados federados, simetria que atinge, por reflexo, a dos Municípios.

A Constituição Federal declara, no art. 36 (redação da Emenda Constitucional nº 3, de 1972), que "não perde o mandato o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital", no que estabelece ex-

ceção ao art. 34, itens I e II; e no art. 10, item VII, alínea g, proíbe ao Deputado estadual o exercício de cargo, função ou emprego mencionados nos itens I e II do referido art. 34, salvo a função de Secretário de Estado; coerentemente com isto, não devem perder o mandato os Vereadores investidos na função de Secretários Municipais — e algumas Constituições estaduais já inscrevem explicitamente o princípio.

Entendemos que a Proposta inova, propriamente, quando estende a exceção aos cargos de Diretor-Geral de Autarquia, ou equivalente. Justifica, a nosso ver, cabalmente a extensão o fato de corresponderem esses cargos, com frequência crescente, aos de Secretário Municipal, que vêm sendo por eles substituídos, especialmente nas grandes cidades.

A causa dessa substituição é a comprovada inépcia da administração direta em gerir certos setores de capital interesse para a comunidade — assinaladamente os serviços públicos, como água e esgoto, luz, telefone, limpeza pública, etc. —, o que tem levado à criação de autarquias para a cobertura de campos antes submetidos a Secretarias Municipais.

Assim, muitas das antigas Secretarias vêm sendo substituídas, com vantagem, por autarquias, cujos dirigentes correspondem, na verdade, aos antigos Secretários Municipais, pelas funções que exercem, de auxiliares do Prefeito na condução político-administrativa do Município. Justo é, pois, sejam considerados como tais, para fins de compatibilidade entre o exercício do cargo e o mandato de Vereador.

Releva lembrar que as proibições dos arts. 34 e 10, VII, g, da Constituição Federal visam à integridade e independência dos órgãos de representação popular, impedindo os representantes de se comprometerem "exercendo certas funções ou praticando determinados atos, de modo a sacrificar sua própria liberdade de ação" (Manoel Gonçalves Ferreira Filho — Comentários à Constituição Brasileira — Saraiva, S. Paulo, 1972 — vol. 1, p. 222). Não é o caso do parlamentar chamado a exercer as altas funções de Ministro ou Secretário de Estado, cuja investidura os torna em auxiliares do Presidente ou do Governador na direção política do Estado — daí as exceções consubstanciadas nos arts. 36 e 10, VII, g, in fine, da Constituição Federal. Não é, por plena similaridade das situações, o caso do Vereador convocado à função de Secretário Municipal ou equivalente.

A Emenda ora proposta atende à conveniência de não se impedir aos Vereadores colaborar na administração municipal, com a modernização desta. É justificação bastante para sua adoção pelo Congresso Nacional.

DEPUTADOS: Alexandre Machado — Lomanto Júnior — Viana Neto — Angelino Rosa — Homero Santos — Padre Nobre — Paulino Cícero de Vasconcellos — José Zavaglia — Frederico Brandão — Magnus Guimarães — Henrique Cardoso — Walter Silva — Noide Cerqueira — Henrique Córdova — João Vargas — Alípio Carvalho — Humberto Souto — João Cunha (apoiamento) — JG de Araújo Jorge — Augusto Trein — Marcos Tito — Jerônimo Santana — José Thomé — José Mandelli — Ary Kffuri — Francisco Libardoni — Tarcísio Delgado — Fernando Coelho — Theobaldo Barbosa — José Ribamar Machado — Dado Coimbra — César Nascimento — Paulo Ferraz — Antônio Annibelli — Alvaro Dias — Nina Ribeiro (apoiamento) — Hélio Campos — Antônio Pontes — Mário Mondino — Octacílio Queiroz — Arvaldo Lafayette — Odemir Furlan — Ademair Ghisi — Carlos Santos — Jarbas Vasconcelos — Antunes de Oliveira — Pacheco Chaves — Sival Boaventura — Alacld Nunes — Vasco Neto — Luiz Fernando —

Silvio Abreu Júnior — João Gilberto — Antônio Jose — Nunes Rocha — Pedro Lauro — Valdomiro Gonçalves — Alceu Collares — Alcir Pimenta — Gamalhel Galvão — Paulo Studart — Gomes da Silva — Francisco Rollemberg — Mauro Sampaio — Januário Feitosa — Brígido Tinoco — Inocêncio Oliveira — Cleverton Teixeira — Luiz Couto — Pedro Lucena — Dayl de Almeida — Joaquim Guerra — Lauro Rodrigues — Ernesto de Marco — Olivir Gabardo — Figueiredo Correia — Célio Marques Fernandes — Walmor de Luca — Mário Moreira — Ernesto Valente — Siqueira Campos — Jorge Arbage — Nasser Almeida — Ferraz Egreja — Joaquim Coutinho — Minoru Miyamoto — Abdon Gonçalves — Iturval Nascimento — Celso Barros — Laerte Vieira — Jorge Moura — Rafael Faraco — Alvaro Valle — Cantídio Sampaio — Gabriel Hermes — Theódulo Albuquerque — Teotônio Neto — Geraldo Freire — Dito Cherem — Antunes de Oliveira — Antônio Carlos de Oliveira — Manoel de Almeida — Passos Pôrto — Raul Bernardo — Milton Steinbruch — Aluizio Paraguassu — Antônio Mota — Yasunori Kunigo — José Costa — Lauro Leitão — Odulfo Domingues — Hydeckel Freitas — Darcílio Ayres — José Haddad — Wilson Falcão — Daniel Silva — Edgar Martins — Juarez Bernardes — Parsifal Barroso — Eduardo Galil — Odacir Klein — Freitas Nobre — Noberto Schmidt — João Linhares — Adhemar Santillo — Minoru Massuda — Flórim Coutinho — Antônio Ferreira — Joaquim Bevilacqua — Cotta Barbosa — Pedro Faria — Ruy Lino — Paes de Andrade — Carlos Alberto de Oliveira — Vieira da Silva — Hélio de Almeida — Blota Júnior — Claudino Sales — Salvador Julianelli — Rosa Flores — Rui Bacelar — Murilo Badaró — Israel Dias-Novas — Joel Lima — Pinheiro Machado — Norton Macêdo — João Clímaco — Luiz Braz — Henrique Pretti.

SENADORES: Daniel Krieger — Accioly Filho — Otto Lehmann — Ruy Santos — Luiz Cavalcanti — Dinarte Mariz — Luiz Viana — Alexandre Costa — Mattos Leão — Vasconcelos Torres — Saldanha Derzi — Helvidio Nunes — Renato Franco — Braga Júnior — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Evêladio Vieira — Dirceu Cardoso — Benjamim Farah — Evandro Carreira — Leite Chaves — Danton Jobim.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Altevir Leal, Braga Junior, Cattete Pinheiro, Renato Franco, Domicio Gondim, Luiz Cavalcante, Ruy Santos, Osires Teixeira e os Srs. Deputados Alexandre Machado, Josias Leite, Siqueira Campos, Henrique Brito, Humberto Souto e Luiz Braz.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Danton Jobim, Adalberto Sena, Nelson Carneiro e os Srs. Deputados Aloisio Santos, Aldo Fagundes, Frederico Brandão, Renato Azeredo e Tarcísio Delgado.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A Comissão, nos termos do artigo 74 do Regimento Comum, terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o parecer.

— Perante a Comissão Mista, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação da Proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos)

ATA DA 142ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE AGOSTO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MENDES CANALE

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Vanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa

Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novais — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antô-

nio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cêlio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Enquanto o DASP permanece intransigente, negando o direito da paridade aos funcionários públicos federais estatutários aposentados, a Justiça Federal o tem reconhecido em memoráveis sentenças.

Agora mesmo, mais um funcionário aposentado conseguiu a paridade de proventos com os vencimentos de seus colegas em atividade. Desta vez, o beneficiário foi garantido através da concessão do mando de segurança impetrado por Abelson Pragana Toscano, na 1ª Vara Federal de Minas Gerais, contra ato do Delegado do Ministério da Fazenda daquele Estado. Trata-se da 14ª sentença favorável aos aposentados, desde novembro de 74.

A decisão foi proferida pelo Juiz Federal, Newton Miranda de Oliveira, da 1ª Vara de MG, que "concedeu a segurança, para fins da

inicial, devendo ser corrigidos os proventos do impetrante, atribuindo-lhe aqueles a que faz jus, na classe final de sua carreira do Grupo TAF, do Ministério da Fazenda".

Em sua argumentação, o Juiz destaca que o ato jurídico, que retirou as vantagens do cargo de impetrante, na classe em que deveria figurar, fere o seu direito líquido e certo. Por isso, deve ser retificado. Ele admite que a Administração possa rever seus próprios atos, mas desde que não viole direitos de outrem, como já, por diversas vezes, tem proclamado o Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, é bom lembrar que, o direito à paridade, dos que se encontravam aposentados na vigência do DL nº 1.256/73, foi reconhecido em dois pareceres do Consultor-Geral da República, aprovados pelo Presidente Ernesto Geisel.

É o caso de se perguntar ao Coronel Darcy Siqueira: até quando? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Caixa Econômica se propôs fornecer fiança para os inquilinos que encontram dificuldades para conseguir fiadores. Ser inquilino é, hoje em dia, a pior calamidade que pode acontecer a um indivíduo. Qualquer que seja sua condição econômica.

É um explorado, espoliado, ofendido, humilhado, etc., etc. (tudo quanto é etc. que existe de ruim, inclusive os etc. de baixo calão) e, sobre tudo, um desprotegido.

Não consegue um fiador, porque ninguém quer ser fiador de ninguém.

Em matéria de Lei do Inquilinato, nada feito. A Lei que existe é contra o inquilino e só a favor do proprietário, que cobra o que quer e cobra tudo: impostos, taxas, obras feitas no imóvel e até compactadores e outras "invenções" desse tipo.

Se, amanhã, como já se "aventou", a iluminação das ruas tiver que ser cobrada, os inquilinos é que vão pagar e só eles.

Existe uma Lei do Inquilinato que ninguém cumpre, ninguém liga e não toma conhecimento. Existe, também, uma Liga de Proteção ao Inquilino, que nada pode e nada fez: seu Presidente apenas fala, de vez em quando, e, aliás, para, apenas, se lamentar.

Essa Liga, ou Associação, não é mais do que um Muro de Lamentações.

Resultado: não há nada mais desprotegido ou desamparado do que um inquilino.

Talvez algum mendigo, desses que "moram" em baixo das pontes; com exceção dos assaltantes, ninguém mais os incomoda.

Os contratos, sempre pelo prazo de 1 (um) ano, são draconianos.

Quando terminam já se sabe: para renovar, só duplicando o aluguel, na melhor das hipóteses, e quando o proprietário é "bonzinho". Se não quiser, rua! Denúncia vazia e rua!

Porque a Denúncia Vazia continua em pleno vigor, invicta e mais forte do que nunca, apesar de tudo o que se diz que se fez para acabar com ela.

Some-se à facinorosa ação dos proprietários a ação predatória das Administradoras de Imóveis, e está dito tudo.

A "integração" é "global", "adequada", "pragmática" e "gradualística". O resultado é uma perfeita "Quadrilha a Serviço do Polvo".

Nunca vi maior exemplo do que é desobedecer, desprezar e até desmoralizar Leis, Decretos, Instruções, etc., existentes sobre a matéria Inquilinato. Nem maior e solene desprezo pelas Autoridades, de todos os Escalões. Sob a proteção das leis e até da própria Justiça, diga-se de passagem, que sempre está do lado dos proprietários. Agora mesmo, veio a questão da fiança que a Caixa Econômica oferece para ajudar os angustiados inquilinos.

Boa medida que parecia minorar, pelo menos por este lado, a agonia de quem precisa morar em imóvel alugado.

Pois bem: vai cair no vazio por que os proprietários não aceitam essa fiança.

Apareceu um advogado da tal Associação dos Proprietários de Imóveis, essa de fato uma Associação poderosa, que justifica a recusa da fiança da C.E. Alega entraves burocráticos, demoras, falta de garantias para indenização de danos e estragos causados pelo inquilino e mais algumas coisas.

No entanto, quanto a "demoras burocráticas", já apareceu, na TV, uma inquilina que obteve a fiança da Caixa em 3 dias apenas, e, o que foi um golpe de sorte, o proprietário parece que aceitou a fiança. A verdade para a recusa da fiança da Caixa é bem outra e esta declaro aqui e agora: "os proprietários não aceitam a fiança da Caixa, porque temem um possível controle, uma possível verificação do roubo que praticam ao duplicar, triplicar ou mais ainda o aluguel, se o inquilino quiser renovar o contrato; a C.E. pode "estranhar" e até tomar medidas e recusar novas fianças; a roubalheira vem à furo e pode aparecer "alguém" que tome providências". Alguém que não queira ser desmoralizado.

Esta é a causa da recusa e não as alegadas pelo simplório e "inocente" caudilho dos Proprietários, que pensa que todo o mundo é "anjo" como ele.

Antes, Clubes como o Militar e outros, Organizações, Sindicatos e até Comandantes de Unidades das F. Armadas, davam fiança que era prontamente aceita. Parece que alguns Órgãos ainda não.

Hoje, essas fianças não são mais aceitas e a causa é a mesma acima, causa única, aliás: essas fianças permitem um controle e até uma fiscalização que, pelo menos, torna evidente e provada a atuação criminosa dos proprietários. E é isso que os proprietários não querem. O que querem é explorar os inquilinos, livres de controle, fiscalização e qualquer possibilidade de repressão. Repressão que, aliás, não devem temer: as leis existentes não são cumpridas, as "determinações", como a obediência às oscilações das ORTN's e quaisquer decretos ou lá o que seja, também não são obedecidas.

E, finalmente, uma grande verdade também deve ser dita porque é visível e todo o mundo pode constatar com "relativa" facilidade: leis, decretos, determinações, instruções, regulamentos, etc., há-las centenas e até aos milhares; agora, cumprir ou obedecer a elas e elas, isto são outros 500, como se diz em linguagem popular!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O fato ocorre em vários municípios brasileiros. O fato ocorre desde que foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Mas, em Nova Iguaçu, vem assumindo aspectos mais graves. Os contabilistas daquele Município — que é um dos maiores municípios em população no Brasil, com 1 milhão e 300 mil habitantes — irão constituir uma comissão para ir ao Delegado do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, a fim de reclamar contra o procedimento da maioria das agências bancárias dos bancos particulares, que estão se recusando a receber os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sob a alegação de que dá muita mão-de-obra e deixa pouco lucro.

Sr. Presidente, realmente deixa pouco lucro para os bancos o depósito do Fundo de Garantia. Mas, eles sempre tiveram grandes lucros nos empréstimos que fazem aos particulares.

Queremos nos solidarizar com os contabilistas do Município de Nova Iguaçu pela situação difícil que estão atravessando, porque, com a recusa dos bancos em abrir contas para as pequenas e médias empresas, estas estão sendo, muitas vezes, multadas pelo Ministério do Trabalho, trazendo sérias consequências, porque não dispõem de muito capital e querem cumprir com as suas obrigações.

Pedimos providências à Delegacia do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, junto às agências bancárias do Município de Nova Iguaçu, para a regularização de tal situação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 77, de 1977-CN, referente ao veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 9, de 1977-CN, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 76, de 1977-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 76, DE 1977 (nº 254/77 na origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, e 81, item IV, da Constituição, resolvi vetar totalmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 206, de 1975 (nº 24/76, no Senado Federal), que "revoga dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito)".

Visa o Projeto a desobrigar os portadores de Carteira Nacional de Habilitação do registro determinado pelo artigo 66, § 1º, do Código Nacional de Trânsito, quando ocorra a transferência de domicílio.

A Justificação que acompanhou o Projeto, preocupando-se com a validade atribuída ao instrumento de habilitação dos condutores de veículos automotores, deixa de considerar que o sistema definido na lei não enseja deduzir comunicabilidade automática dos prontuários constituídos nos locais de domicílio dos habilitados, o que multiplicaria incrivelmente, com ônus insuportável, os registros dos órgãos de Trânsito locais.

O pressuposto legal de viabilidade do controle é a permanência do domicílio, que não se elide com os deslocamentos eventuais dos condutores de veículos.

A mudança de domicílio constitui, entretanto, fato juridicamente relevante a repercutir, inclusive, nos meios de que dispõe o Estado para exercer o poder de polícia no que respeita ao Trânsito.

A anotação exigida pelo Parágrafo 1º do artigo 66 do Código Nacional de Trânsito não reduz a validade da Carteira Nacional de Habilitação e se faz indispensável à funcionalidade do Sistema.

Essas as razões que determinam o veto.

Brasília, em 15 de julho de 1977. — **Ernesto Gelsel.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Revoga dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o § 1º do art. 66 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, passando o 2º a constituir parágrafo único.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica, assim, constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Heitor Dias, Otto Lehmann e os Srs. Deputados Nunes Leal e José Ribamar Machado.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senador Roberto Saturnino e o Sr. Deputado Alceu Collares.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 7 de setembro de 1977.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das Comissões que o apreciaram e o relatório da Comissão ora designada.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTUNES DE OLIVEIRA NA SESSÃO CONJUNTA DE 16-8-77 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em face do tempo esgotado faço, apenas, uma promessa. Trazer, na primeira oportunidade, o resultado da pesquisa que fiz agora, em Washington, em Richamond, em Pensilvânia, em Tennessee, portanto nos Estados Unidos da América do Norte, acerca da democracia que se exercita naquele País terminando, assim, um estudo que fizemos já na quarta viagem àquele importante Estado. Com visitas aos países sul-americanos, com a quarta visita aos "States" e com minha presença em onze países da Europa, duas vezes, chego, com as pesquisas, à conclusão de que, realmente, Democracia é um sistema muito alto, muito útil e sério, do qual estamos, no Brasil, tão longe. Tão longe quanto o entardecer do amanhecer. A democracia é um amanhecer perene que vai até o zênite.

Doutra feita, com tempo suficiente hei de relatar, aqui, o que vi de democracia naquele país onde pesquisei pela quarta vez. Concluí estudo que fizemos, no setor da Antropologia, da Sociologia, e da Psicologia Social.

Deixo de falar, nesta hora, como disse, porque o tempo não me foi dado. Depois falarei sobre a vibratidade da democracia no grande país de Jimmy Carter e Rosalyn Carter que, no mês passado, nos receberam, nos atenderam e nos ouviram: a mim, a minha esposa, Betty Antunes de Oliveira, musicista, jornalista, educadora e escritora e do filho Lincoln Amazonas Antunes de Oliveira, de 23 anos, engenheiro eletricitista, recém-formado, no Rio de Janeiro.

Um dos pontos de minha parlenda de hoje, transferida como asseverei, para outra oportunidade, é salientar o processo prático e de fina democracia usada como presenciei na Câmara Municipal de Rechmond, Capital do Estado de Virgínia. O membro da Comunidade, — da simpática e histórica cidade —, do auditório do povo, levanta-se e, em frente da Câmara Municipal, reunida, presidida, automaticamente, pelo Prefeito da Cidade, usa a palavra e faz sua reclamação, seu pronunciamento claro, alto, veemente, corajoso. Os Vereadores o ouvem. Toma-se nota dos nomes, dos informes, do caso. O assunto corre rápido, nos caminhos administrativos, nos estudos tudo em busca da solução adequada. Diante da Casa do lugar do povo, postei-me, também, e falei ao Povo de Virgínia, através da Câmara Municipal, — reunida em sessão regular — da Cidade de Rechmond — Capital da Virgínia. Em seguida, dei a palavra ao jovem filho Engenheiro Lincoln Amazonas Antunes de Oliveira que falou como intérprete da juventude do Brasil e apreciou o alto espírito do povo visitado. No mesmo lugar, em frente da Câmara Municipal, — o Council City —, recebi uma medalha-escudo — Símbolo da Comunidade, entregue, alegre e solenemente pelo Presidente da Câmara Municipal.

É o pouco que posso dizer. (Muito bem!)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

Com Suplemento 1977

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZARD;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.

PREÇO: Cr\$ 70,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDICÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00